

O debate em torno do Movimento pela Anistia nas Igrejas Evangélicas: posicionamentos e tensões no caso das Igrejas Luterana e Metodista

The debate around the Movement for Amnesty in evangelical churches: positioning and tensions in the case of the Lutheran and Methodist Churches

*Adriano Henriques Machado*¹

*Heloisa de Faria Cruz*²

Resumo

O Movimento pela Anistia, ocorrido no Brasil na segunda metade dos anos 1970, foi um momento de grande importância no processo de abertura política e tornou-se um elemento chave na luta pela redemocratização do país. Dessa forma, o presente artigo analisa como tal movimento foi compreendido no meio evangélico brasileiro, com destaque para as igrejas em que essa temática teve uma maior discussão, no caso a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Metodista (IM), através dos debates e das polêmicas existentes entre os membros e grupos dessas instituições publicados em seus respectivos órgãos oficiais: o “Jornal Evangélico” e o “Expositor Cristão”. Com isso, busca-se fazer um exame dos diferentes posicionamentos existentes no interior dessas Igrejas a respeito da ditadura militar brasileira até aquele momento, de toda a discussão que envolvia a temática da Anistia, bem como o debate em torno da atuação sócio-política dessas denominações.

Palavras-Chave: Evangélicos e Anistia; Protestantismo e Política; Igreja Metodista.

Abstract

The Movement for Amnesty, occurred in Brazil in the second half of the 1970s was a time of great importance in the process of political opening and became a key element in the struggle for democratization of the country. Thus, this article examines how such a move was understood in the Brazilian evangelical circles,

¹ Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de História no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Campus Bragança Paulista.

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e professora do Programa de Pós-Graduação e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP.

especially the churches in which this subject had a greater discussion, in case the Evangelic Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB) and the Methodist Church (IM) through the debates and differences between members of these groups and institutions published on their respective official bodies controversial: the “Evangelical Journal” and “Exhibitor Christian”. Thus, we seek to make an examination of the different views existing within these churches about the Brazilian military dictatorship until that moment, all the discussion involving the issue of amnesty, as well as the debate on the role of these socio-political denominations.

Keywords: Evangelicals and Amnesty, Protestantism and politics, Methodist Church.

Durante a segunda metade da década de 1970, o Movimento pela Anistia teve importância ímpar na luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Pois trouxe a público diversas questões acerca da volta das liberdades democráticas e relacionadas aos direitos humanos de forma geral, dentre as quais se destacam: a reintegração na sociedade dos presos, exilados e perseguidos políticos, o esclarecimento e a apuração dos crimes cometidos durante o regime, bem como a luta por justiça junto aos responsáveis por tais violências.

A luta pela “Anistia: ampla, geral e irrestrita” foi um dos primeiros movimentos de oposição à ditadura militar a ganhar capilaridade nacional e significativo apoio popular; o que não ocorria desde as contestações estudantis de 1968 e o fechamento ainda maior do regime com a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5) no mesmo ano.

O movimento começou ainda tímido no ano de 1975, com a fundação em São Paulo do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Ganhou força nos anos seguintes, principalmente a partir do início de 1978, com a criação dos Comitês Brasileiros de Anistia (CBA) em diversas capitais e cidades do país, formados por setores que iam de grupos liberais, políticos, jornalistas a artistas e militantes de

extrema-esquerda, os quais passaram a realizar diversas reuniões, encontros, congressos, além de passeatas e atos públicos.³

Porém, tão ou mais importante do que os acontecimentos cronológicos do movimento, suas conquistas e derrotas, a luta pela Anistia trazia consigo muito mais significados e implicações práticas. Primeiramente, constituía-se na retomada do movimento de oposição à ditadura em nível nacional, ocasionando a rearticulação das forças de oposição numa bandeira unificada de luta, mesmo com todo o contexto repressivo e as limitações ainda vigentes.

E ampliando ainda mais o seu significado, ela trouxe o debate acerca dos desmandos cometidos no período autoritário em relação à violação das liberdades democráticas para a esfera pública. Isso fez com que diversos grupos e diferentes setores da sociedade que até então apoiavam o regime ou estavam ausentes e silenciados frente às questões político-nacionais, passassem a posicionar-se perante toda a herança autoritária vivida até aquele momento e a discutir a respeito das novas bases políticas que deveriam ser construídas para a sociedade.

Nesse sentido, diversos grupos e setores da sociedade brasileira, e não só aqueles que estavam formalmente envolvidos com o Movimento pela Anistia, passaram a discutir as questões que envolviam toda a problemática levantada com o assunto. Assim, o presente artigo busca analisar qual foi o posicionamento das Igrejas Evangélicas brasileiras frente à Anistia, além é claro, das tensões e discussões que tal temática trouxe para o interior desses grupos. Utilizarei nessa análise o material produzido pelas Igrejas que tiveram uma maior participação acerca desse debate, no caso a Igreja Metodista (IM) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana

³ Apesar da importância e de comumente citada, a Anistia, e principalmente o seu Movimento, suas implicações e discussões nos diferentes segmentos e grupos da sociedade, ainda há poucos estudos sobre tal questão, dos quais se destacam: GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003; RAMOS, Andressa Maria Villar. *As Sensibilidades Coletivas nas Ações Políticas: a dimensão afetiva no movimento pela Anistia (1975-1980)*. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008 e CARBONI, Maria Cecília Conti. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

no Brasil (IECLB) e seus respectivos jornais oficiais: o “Expositor Cristão” e o “Jornal Evangélico”.

As Igrejas cristãs e a problemática da Anistia

As igrejas cristãs brasileiras e seus diferentes grupos internos não tiveram posições homogêneas frente ao golpe militar de 1964, mas tal diversidade cresceu principalmente após o momento de maior repressão, ou seja, no período conhecido como abertura política. Pois, se em amplos setores das Igrejas católica e evangélicas houve um apoio vigoroso ao golpe perpetrado pelos militares, os anos seguintes seriam marcados por posicionamentos bastante díspares a respeito do governo autoritário.

No caso da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que a repressão aumentava e atingia pessoas e grupos pertencentes ou ligados a ela própria, em fins dos anos 1960 e início dos 1970, crescia também a parcela de católicos que passaram a se posicionar contrariamente aos desmandos cometidos pelo regime e a envolver-se diretamente na luta a favor dos direitos humanos e pela volta das liberdades democráticas.

Desse modo, importantes setores da Igreja Católica que vinham se articulando nessa luta contra a ditadura, também passaram a apoiar direta ou indiretamente o Movimento pela Anistia. Destaca-se a atuação da Arquidiocese de São Paulo, liderada naquele momento pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, além da participação de outros bispos como D. Tomás Balduino, D. Ivo Lorscheiter e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

D. Paulo, já em meados de 1977, ao mesmo tempo em que defendia a volta das liberdades democráticas, começava a manifestar-se a favor de uma anistia ampla. Porém, foi no início de 1978, durante a missa que comemorava os 424 anos da cidade de São Paulo, quando o cardeal afirmou que o país estava vivendo o momento da Anistia e proclamou em sua defesa: *“Tanto a cidade como o Brasil precisam dar o grande*

*perdão, para não ficar ninguém ao largo do caminho mas todos andarmos juntos. O símbolo da cidade deve ser o símbolo da compreensão e do perdão.”*⁴

Entretanto, o apoio ao Movimento pela Anistia por meio da Arquidiocese de São Paulo não se restringiu a pronunciamentos, mas ocorreu de forma prática através de apoios de diversos órgãos ligados à Arquidiocese ou da sua atuação direta junto ao Movimento. Dentre tais atitudes pode-se citar a atuação da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, que em 1978 denunciou publicamente a existência de cerca de 10 mil exilados brasileiros no exterior e as limitações práticas e as dificuldades legais que tal situação política trazia para essas pessoas. Junto a isso, o I Congresso pela Anistia, em novembro do mesmo ano, teve o apoio direto da Arquidiocese de São Paulo, a qual cedeu o Teatro da Universidade Católica (TUCA) para a realização do evento.

No mesmo sentido, a CNBB aprovou em abril de 1978, durante a sua 16^a Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em Itaici, com o voto de 172 dos 193 bispos presentes, a mensagem “Os bispos e a anistia”, na qual era feito o seguinte pedido:

[...] apelamos às Autoridades responsáveis de nosso país, para que, num esforço sincero de volta ao Estado de Direito e reconciliação nacional, concedam anistia aos que se viram envolvidos em situações de desordem política e social de tal amplitude que não possam ser considerados como responsáveis únicos por elas. [...] Com este apelo cristão não estamos advogando a impunidade dos que inequivocamente são réus de crimes comuns.

Que a medida a ser tomada chegue, dentro das normas da justiça, não só aos que se encontram detidos ou impedidos de exercer seus direitos dentro do País, mas, também, aos exilados, aos banidos e aos que no exterior se vêm em dificuldades de usufruir de nossos serviços conciliares.⁵

A mensagem dos bispos, apesar de bastante clara no sentido de defender uma anistia aos condenados e exilados por motivos políticos, mostrava-se bastante cautelosa, visto que tal declaração representava o posicionamento oficial da CNBB e devia conciliar as diferentes visões políticas existentes entre os quase duzentos bispos presentes. Após o posicionamento oficial de seu principal órgão colegiado, a Igreja

⁴ “ESTAMOS agora no momento da anistia” afirma dom Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1978, Nacional, p. 4.

⁵ OS BISPOS e a Anistia. *SEDOC: Serviço de Documentação*, Petrópolis, v. 11, n. 113, p. 96-97, jul.-ago. 1978.

manteve o apoio ao movimento, através da atuação de importantes bispos e dirigentes da CNBB, além de outros grupos como pastorais e Comissões de Justiça e Paz.

Entretanto, se no caso da Igreja Católica, a luta pela Anistia constituía-se como um avanço natural na atuação de um importante setor católico que vinha tendo uma posição favorável frente à questão dos direitos humanos e na oposição às atitudes arbitrárias da ditadura; no que diz respeito às Igrejas Evangélicas a discussão levantada pela Anistia e a relação com o regime militar de uma forma geral, representavam uma problemática muito mais complexa e delicada.

Tal complexidade decorria do fato que grande parte das Igrejas Evangélicas brasileiras, após o golpe de 1964, passaram a apoiar a ditadura imposta pelos militares, às vezes aliando-se a eles e em alguns casos adotando o silenciamento ou a omissão frente aos problemas sócio-políticos pelo que passava o país e as violências cometidas pelo regime.⁶

Exemplo disso, foi que a própria discussão sobre a Anistia passou praticamente despercebida por boa parte dos jornais evangélicos, quanto pelas hierarquias e grupos de algumas Igrejas. Contudo, em duas dessas denominações, a questão a respeito da Anistia tornou-se num forte campo de disputa e discussão interna, o que levou a todo um debate acerca do posicionamento dessas instituições a respeito da temática relativa aos direitos humanos e sobre a abertura política pelo que passava o país naquele momento. As Igrejas em que ocorreu tal processo foram a Igreja Luterana e a Igreja Metodista.

Na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), uma denominação bastante representativa na região sul do país, principalmente junto à colônia alemã; a relação da mesma com o regime militar ficou marcada devido a um

⁶ Uma visão geral sobre a relação entre os evangélicos, o golpe de 1964 e os governos ditatoriais pode ser encontrada nos seguintes textos: CAMPOS, Leonildo Silveira. *Evangélicos e golpe militar de 1964. Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 334, ano 26, p. 23-31, 2004; e SANTOS, Lyndon de Araújo. *O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro*. In: FREIXO, Adriano de; FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). *A Ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 151-182.

acontecimento que extrapolou as fronteiras internas da Igreja. Na realidade, estava marcada para ocorrer na cidade de Porto Alegre, no ano de 1970, a V Assembléia da Federação Luterana Mundial, o principal evento do luteranismo internacional, que reuniria no país representações de igrejas de diversos países.

O problema era que a realização da Assembléia coincidia com um dos momentos de maior repressão do regime militar sobre os diferentes setores da sociedade brasileira. As denúncias sobre tais violências começaram a se espalhar pelo mundo e chegaram ao conhecimento de diversas delegações luteranas que participariam do encontro. Juntou-se a isso, a omissão da IECLB frente a tais questões e ainda por cima o próprio presidente Médici havia sido oficialmente convidado para participar da abertura do evento.

Frente a essa situação e a ameaça do não comparecimento de diversas delegações européias, a Federação Luterana Mundial decidiu pela transferência do local da Assembléia, que passou da capital gaúcha para o balneário francês de Évian.

A mudança no local da realização da Assembléia, devido a razões estritamente políticas e a sensação de que a Igreja Luterana do Brasil era conivente ou ao menos omissa para com as violências cometidas pelo regime militar, fez com que durante o “VII Concílio Geral da IECLB”, ocorrido em outubro do mesmo ano na cidade de Curitiba, fosse produzida a primeira crítica de uma denominação evangélica para com as violências cometidas pelo governo autoritário. O documento aprovado no Concílio, intitulado “Manifesto de Curitiba”, era extremamente cauteloso na relação com o governo, visto que destacava a importância do diálogo da Igreja com as autoridades e valorizava a cooperação da mesma com o governo em diversos pontos, mas ao mesmo tempo era bastante corajoso, pois num período de forte repressão do regime, posicionou-se de forma clara na defesa dos direitos humanos:

Numerosos cristãos sentem-se perturbados pelo fluxo de notícias alarmantes sobre práticas desumanas que estariam ocorrendo em nosso País, com relação principalmente ao tratamento de presos políticos, donde surge uma atmosfera de intranqüilidade, agravada com a carência de informações precisas e objetivas. [...] Entendemos mesmo, como Igreja, que

nem situações excepcionais podem justificar práticas que violam os direitos humanos.⁷

Depois do choque causado pela transferência da Assembléia da Federação Luterana Mundial e o posicionamento a favor dos direitos humanos explanado no manifesto acima, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, ou pelo menos parte significativa dela, passou ao longo dos anos 1970 a ter um posicionamento bastante crítico frente aos problemas pelo que vivia a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, destaca-se o envolvimento da IECLB para com a problemática agrária e a discussão sobre a piora das condições sócio-econômicas no país, além de desenvolver uma ação mais ecumênica com destaque para a aproximação com a Igreja Católica e a sua participação na criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

Esse processo de maior envolvimento com os problemas da realidade brasileira ao longo dos anos 1970, pode ser apreendido através da leitura do documento “Nossa Responsabilidade Social”, aprovado pela IECLB no ano de 1976. Nesse documento, era feita uma forte auto-crítica à omissão da Igreja frente às injustiças e às questões sociais; defendia que o pecado não era apenas individual, mas social; e repreendia a existência e a permanência de diversos problemas, tais como a fome, o aumento do custo de vida, a falta de escolarização, de moradias, de emprego e até a concentração de renda e de terras entre poucas famílias. Por fim, afirmava que não bastaria para a Igreja e seus membros uma atitude apenas caritativa e assistencial, propondo um engajamento social da mesma numa ação transformadora da sociedade.⁸

O processo pelo qual passou os luteranos nesse período colocava a IECLB como a principal, ou uma das principais Igrejas Evangélicas, a ter uma atuação bastante crítica perante as questões sócio-econômicas da sociedade brasileira de

⁷ GOTTSCHALD, Karl (Pastor-presidente da IECLB). *Manifesto de Curitiba*, out. 1970. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifesto-de-curitiba-1970>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

⁸ Sobre as mudanças no posicionamento da IECLB ao longo dos anos 1960 e 1970, ver: Schünemann, Rolf. *Do Gueto à Participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

então. Contudo, o debate em torno da Anistia veio demonstrar que esse processo não era uniforme e mais do que isso, evidenciou a existência de uma grande disparidade dentro da instituição, no que diz respeito ao posicionamento de seus membros frente à questão dos direitos humanos, à compreensão histórica acerca da ditadura militar e à própria redemocratização do país.

Em outubro de 1978 a Comissão de Responsabilidade Pública da IECLB produziu um Dossiê intitulado “Quem vê com ódio não vê certo”, no qual fazia um relato da Anistia ao longo da política nacional. Nele, era feito um histórico dessa luta desde 1964 até aquele momento, o qual explicava quais tipos de Anistia eram possíveis, mostrava quem seriam os beneficiados com a promulgação da lei, além de citar posicionamentos de entidades, partidos e de outros grupos ou pessoas a respeito da temática.⁹

O dossiê feito pela Comissão tinha como objetivo servir de subsídio para a produção da “Mensagem de Natal” do Conselho Diretor da IECLB. A Mensagem foi produzida no início de dezembro e publicada na capa do órgão oficial da IECLB, o “Jornal Evangélico” (JOREV), na edição da segunda quinzena do mesmo mês, com a chamada: “Pela criança de Belém somos chamados à PAZ”. Ela era assinada pelo novo pastor-presidente da IECLB, Augusto Ernesto Kunert, que havia sido eleito durante o “XI Concílio Geral” ocorrido em outubro de 1978, na cidade de Joinville.

A Mensagem tinha como temática central a questão da reconciliação trazida por Deus através do envio de Jesus Cristo ao mundo. Partindo disso, ela fazia uma análise dos acontecimentos sócio-políticos pelo qual havia passado a sociedade brasileira, destacando a implantação de leis de exceção no país e a limitação do direito de defesa, o que teria desencadeado:

[...] múltiplas formas de violência, culminando em seqüestros, torturas e até assassinatos. Suas vítimas ainda hoje suportam as conseqüências físicas, morais e profissionais dos sofrimentos vividos. Milhares de concidadãos

⁹ O Dossiê foi posteriormente publicado na revista produzida pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo: COMISSÃO de responsabilidade pública da IECLB. “Quem vê com ódio não vê certo”: Subsídio-base para mensagem de Natal. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, ano 19, n. 1, p. 39-50, 1979.

estão impedidos de exercer sua cidadania, com todos os deveres e direitos dela decorrentes.¹⁰

Após as fortes afirmações acerca das violências cometidas pelo regime ditatorial e destacar as graves conseqüências que tais atos deixaram em suas vítimas, a “Mensagem de Natal” conclamava pela verdadeira reconciliação da sociedade brasileira, a qual só seria possível com a Anistia a todos aqueles que foram atingidos pelas leis impostas pelo regime. Além disso, a Mensagem afirmava que tal reconciliação só seria plenamente realizada, quando fossem revogadas todas as leis de exceção, houvesse a autonomia dos poderes legislativo e judiciário e a conseqüente volta do estado de direito.

A Mensagem parecia estar em consonância com as preocupações e documentos anteriormente produzidos pela IECLB desde o início dos anos 1970. Porém, a reação à ela mostrou que parcela da Igreja não compartilhava com tais posicionamentos, começando pelo fato que em algumas congregações a mensagem não foi lida publicamente.

Contudo, a principal reação à Mensagem veio através de uma carta do pastor Orlando Heemann, presidente da Comunidade Evangélica de Porto Alegre (CEPA), publicada em fevereiro de 1979 na seção “A Palavra do Leitor”, no mesmo JOREV. Em sua carta, que tinha como chamada “Aos membros da IECLB, a bem da verdade”, o pastor mostrava-se bastante indignado com o conteúdo da “Mensagem de Natal”, citando em sua defesa as barbaridades cometidas pelo “terrorismo” no país, o qual teria levado vítimas inocentes à morte. Mas principalmente, recriminava as denúncias nela contidas, que segundo ele, por serem vagas e incertas, faziam uma injustiça com toda a polícia do país.

Ainda em sua carta, Heemann criticava a falta de diálogo da direção da IECLB com a CEPA, o que poderia ter levado a uma atuação mais conjunta e por fim

¹⁰ KUNERT, Augusto Ernesto. Pela criança de Belém somos chamados à PAZ. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 24, p. 1, segunda quinzena de dez. 1978.

resumiu sua reflexão da seguinte forma: “O Presidente da República é um dos membros da IECLB. Mereceria sua Excelência da República tamanha afronta?”¹¹

Assim, a carta de Heemann ao repreender a análise feita sobre as violências cometidas pela ditadura contidas na “Mensagem de Natal” e considerá-la uma afronta ao presidente da República, principalmente pelo fato do cargo ser ocupado na época por um membro da própria IECLB, no caso o general Ernesto Geisel, também trouxe grande repercussão dentro da instituição.

Com referência aos posicionamentos do pastor, na mesma seção do jornal foram publicadas mais três cartas: uma mensagem de apoio às posições assumidas por Heemann, escrita por Roberto Patziaff Erich Fiss Jr.,¹² da cidade gaúcha de Morro Redondo e duas cartas que rechaçavam fortemente suas opiniões, escritas uma pelo pastor Knut Robert Wellmann, de Alvorada no Rio Grande do Sul e a outra pelo também pastor Paulo Roberto Rückert, da cidade catarinense de Blumenau.

O pastor Wellmann também pertencia à Comunidade Evangélica de Porto Alegre, da qual Heemann era presidente, e em sua carta intitulada “Tempo de reconciliação”¹³, iniciou-a dizendo que o presidente da CEPA não havia compreendido a “Mensagem de Natal”. Porque segundo ele, a mesma não trazia à tona acontecimentos do presente, mas sim fatos ocorridos no passado e que ao invés de acusar alguém ou alguma instituição, pelo contrário, continha uma chamada para a reconciliação.

Ao mesmo tempo, indicava que o posicionamento de Heemann não representava a maioria dos membros da IECLB, e que assim como a “Mensagem de Natal” poderia ter estarrecido alguns membros da Igreja, a sua carta também havia causado o mesmo efeito a muitos outros luteranos. A respeito da falta de diálogo entre a direção da IECLB com a CEPA, Wellmann pergunta se por acaso o presidente

¹¹ HEEMANN, Orlando. Aos membros da IECLB, a bem da verdade. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 4, p. 9, segunda quinzena de fev. 1979.

¹² FISS JUNIOR, Roberto Patziaff. Cumprimentos. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 7, p. 9, primeira quinzena de abr. 1979.

¹³ WELLMANN, Knut Robert. Tempo de reconciliação. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 10, p. 9, segunda quinzena de mai. 1979.

da CEPA teria consultado a sua diretoria sobre o conteúdo da carta resposta e se em algum momento a propalada presidência tinha feito questão de dialogar com o povo sofredor que se encontrava em suas instalações, citando especificamente o Centro Comunitário de Alvorada.

Porém, o posicionamento mais enfático frente à polêmica levantada pela “Mensagem de Natal” foi a carta escrita formalmente como resposta a Heemann, pelo pastor Paulo Roberto Rückert, intitulada “Igualmente a bem da verdade” e publicada no JOREV em maio de 1979. Nela, o pastor de Blumenau qualificava a pronunciamento de Heemann de agressivo, infeliz e lamentável.

Sobre Heemann ter chamado as violências cometidas pelo regime militar de vagas e incertas, Rückert insinua que o presidente da CEPA estaria desinformado, indicando a leitura de diversas matérias jornalísticas que descortinavam os desmandos cometidos pelos órgãos da repressão e chegava a citar episódios, locais e a relatar alguns métodos de tortura que eram aplicados sobre prisioneiros políticos. Ainda a respeito disso, ele diz concordar que muitas atitudes dos opositores do regime tinham sido bárbaras e causado a morte de inocentes, mas pontua que nenhuma dessas ações seria: “[...] suficiente para justificar as atrocidades cometidas pelos organismos de repressão.”¹⁴

Sobre a falta de diálogo existente dentro da IECLB, Rückert faz uma crítica à antiga gestão da Igreja a qual teria sido indiferente ou omissa frente a tais questões, salientando que a nova diretoria da instituição iria adotar um posicionamento sócio-político que romperia com essa forma de atuação. A respeito do possível ultraje que teria sido feito contra o general-presidente luterano, o pastor relembra que muitos reis israelitas, os quais pertenciam ao “povo de Deus” também haviam sido confrontados por profetas do período anterior à queda de Jerusalém, e que essas afrontas eram legítimas e representavam a vontade de Deus.

¹⁴ RÜCKERT, Paulo Roberto. Igualmente a bem da verdade. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 7, p. 9, primeira quinzena de abr. 1979.

Apesar da discussão sobre a questão da Anistia não ter sido prolongada ou aprofundada pelas páginas do “Jornal Evangélico”, sendo praticamente finalizada com a publicação das comentadas cartas; a polêmica e o debate aberto pelo posicionamento franco, direto e bastante objetivo trazido pela “Mensagem de Natal” mostravam a diversidade de posicionamentos e compreensões políticas que existiam no âmbito interno da IECLB. Indicava também que a discussão da realidade brasileira e dos seus problemas sociais, políticos e econômicos, principiado na IECLB ainda no início dos anos 1970, seria aprofundado na instituição com a nova diretoria e durante os próximos anos.¹⁵

Entretanto, esses debates políticos ocorridos entre os luteranos brasileiros, mais do que uma diversidade de opiniões, mostravam que diferentemente de grande parte das igrejas evangélicas brasileiras, que apoiavam de alguma forma ou silenciavam-se perante o regime militar, a IECLB, seu órgão oficial e parte significativa de seus membros já demonstravam uma abertura a discutir esses assuntos e possuíam um debate mais maduro a respeito de tais questões.

A questão da Anistia como ponto de inflexão na trajetória da Igreja Metodista

“Todo reino dividido contra si mesmo, ficará deserto, e toda cidade ou casa, dividida contra si mesma, não subsistirá.”- Evangelho de Mateus, Capítulo 12, Versículo 25

Foi com a utilização da frase do Evangelho de Mateus citada acima, que um manifesto a favor da Anistia, produzido pelos jovens de sua 5ª Região Eclesiástica, abriu um caloroso e frutífero debate acerca do posicionamento sócio-político da instituição, o qual foi amplamente divulgado pelas páginas do órgão oficial da Igreja, o jornal quinzenal “Expositor Cristão”.

¹⁵ Sobre os posicionamentos da IECLB a respeito das diversas questões sócio-políticas que estiveram na pauta da realidade brasileira entre os anos 1970 e começo da década de 2000, ver: MAJEWSKI, Rodrigo Gonçalves; SINNER, Rudolf von. A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil. *Estudos Teológicos*. v. 45, n. 1, p. 32-65, 2005.

O manifesto dos jovens metodistas foi produzido durante o “XVI Congresso Regional”, realizado em março de 1978, na cidade de Brasília. Os respectivos jovens que participaram do encontro faziam parte da 5ª Região, das seis em que a Igreja Metodista era administrativamente dividida no país; sendo essa a região que compreendia os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, além de Brasília e a maior parte do interior paulista.

O Manifesto tinha uma linguagem bastante forte, direta e em alguns momentos até hostil e acusatória, o qual abordava, discutia e posicionava-se sobre algumas temáticas internas da Igreja e sua relação com a realidade sócio-política do país. Primeiramente, o documento acusava incisivamente a Igreja de ter titubeado por um longo tempo, no que diz respeito à coerência entre a sua ação e o que estava proclamado em seu Credo Social, principalmente sobre os problemas políticos do país, fazendo assim a seguinte análise:

[...] lamentamos que a Igreja Metodista continue sem ter uma atuação afirmativa dos princípios cristãos e democráticos, sem pregar com convicção e autoridade o seu credo social e sem proclamar a inadiável urgência de se tomarem providências que visem o cumprimento da declaração universal dos direitos humanos entre nós.¹⁶

Concernente a isso, o Manifesto convocava a Igreja a tomar posicionamentos verdadeiramente cristãos frente a um Estado, que em muitos aspectos violava esses princípios. Com base nisso, os jovens pediam que a Igreja participasse do movimento de pacificação da vida política, defendendo a necessidade de uma Anistia ampla, geral e irrestrita para aqueles que não tivessem cometido crimes contra a vida.

Além disso, o Manifesto defendia a liberdade de pensamento existente entre as diferentes idéias e criticava fortemente as acusações políticas e injustas que eram feitas contra cristãos, prestando solidariedade ao metodista Dr. Warwick E. Kerr, professor da Escola Dominical e ex-membro do Conselho Geral da Igreja. No ano anterior, Kerr, que era engenheiro agrônomo e diretor do Instituto Nacional da Amazônia, havia tido seu nome incluído na lista produzida e divulgada pelo ex-

¹⁶ JOVENS da 5ª Região lançam manifesto que ganha repercussão. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 10, p. 4, primeira quinzena de mai. 1978.

ministro do exército, o general Silvio Frota, a qual elencava 97 pessoas supostas de serem comunistas, que ocupavam cargos em diferentes áreas da administração pública.

No mesmo período em que o Manifesto dos jovens foi lançado, dois outros setores da Igreja também haviam divulgado documentos de caráter e conteúdo similares. O primeiro deles foi feito dois meses antes do Manifesto dos jovens, ainda em janeiro de 1978, através do Conselho Regional da 6ª Região Eclesiástica e produzido em forma de Carta endereçada ao presidente da República.

De início, o Conselho Regional da 6ª Região, que compreendia geograficamente os estados do Paraná e de Santa Catarina, criticava o uso da violência e a prática de atos terroristas para a divulgação de idéias e a busca de objetivos, por mais nobres que fossem. Mas ao mesmo tempo, dizia que o Brasil passava por uma nova época política, na qual era possível a reconciliação e unificação da família brasileira, pedindo a revisão dos processos aos cidadãos presos ou banidos por suas idéias políticas, para que estes pudessem retornar às suas famílias, às atividades profissionais e participassem da nova realidade política do país.

A segunda manifestação pública a esse respeito também foi produzida em forma de carta ao presidente Ernesto Geisel, a qual era resultante do Concílio Distrital “Missões I”, realizado na cidade gaúcha de Ijuí, onde reuniu membros das Igrejas desse Distrito, pertencente à 2ª Região Eclesiástica, correspondente ao estado do Rio Grande do Sul. Na carta de abril de 1978, reafirmava-se a importância do perdão dentro da tradição cristã e valorizava a importância de receber todos como irmãos, independente de seus erros e pecados.

Nessa linha, a carta assinada pelo superintendente distrital, o reverendo Günther Barth, afirmava que só uma verdadeira reconciliação poderia levar a uma sociedade justa e humana:

[...] considerando que há irmãos nossos, [...] que se encontram em prisão e exílio, sorvendo a dor e o sofrimento de quem não pode contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e justa, sem poder conviver com sua família, que

*somos todos nós; [...] vimos à Vossa Excelência, através desta solicitar seja dada Anistia ampla e irrestrita a todos os irmãos brasileiros que se encontram presos ou exilados por motivos políticos.*¹⁷

As três manifestações elencadas acima demonstram que havia dentro da Igreja Metodista, diversos grupos que se colocaram claramente a favor da Anistia, salientando que tais pronunciamentos apresentavam uma importante heterogeneidade, pois tinham variada composição de membros, indo da juventude a um Conselho Distrital e também procediam de distantes locais, cada uma vindo de uma região diferente, conforme estava dividida a Igreja Metodista no Brasil.

Essas manifestações, vistas de forma isolada poderiam apenas representar um simples pedido de Anistia aos perseguidos políticos, porém, analisando a trajetória anterior da Igreja Metodista no Brasil é possível perceber que tais pronunciamentos traziam em si um significado e um caráter bem mais abrangente e profundo na realidade interna da instituição.

A pretensa análise decorre do fato que houve na Igreja Metodista do Brasil uma forte repressão interna aos membros e grupos que não se adequaram ao pensamento hegemônico da Igreja, no período posterior ao golpe de 1964. Pois, se no início dos anos 1960, a Igreja Metodista havia sido uma das principais denominações evangélicas brasileiras a ter uma forte reflexão e atuação sócio-política, seja através da juventude, da Junta Geral de Ação Social e até de membros da sua hierarquia, ao longo da segunda metade dos anos 1960 esse quadro sofreu uma inversão.

Com o golpe, passa a ocorrer dentro da instituição um clima de suspeição e perseguição junto aos membros e grupos que tinham uma posição mais crítica da realidade nacional ou que se envolviam com correntes políticas diferentes das propaladas pelos militares. Esse novo contexto veio aos poucos modificando o caráter social construído pela Igreja Metodista até então, o que ocorreu com as diversas trocas de editoria e do perfil do “Expositor Cristão”, com o esvaziamento da Junta Geral de Ação Social, na mudança redacional da revista “Cruz de Malta”

¹⁷ POLUIÇÃO ambiental e anistia são discutidas em Concílio. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 12, p. 7, segunda quinzena de jun. 1978.

produzida pela juventude, culminando com o fechamento da Faculdade de Teologia da Igreja no ano de 1968.¹⁸

Esse novo posicionamento tomado pela Igreja Metodista a partir de 1964 teve o seu momento de maior apogeu em 1968 e perdurou de forma substantiva na Igreja pelo menos até meados dos anos 1970. Essa mudança no caráter da instituição pode ser claramente constatada a partir da leitura do seu jornal “Expositor Cristão”, que nesse período absteve-se quase que por completo de uma análise mais crítica da realidade nacional, mantendo um total silêncio sobre os desmandos e violências cometidas pelo regime, chegando em alguns momentos a publicar matérias que destacavam as ações dos presidente militares ou que negavam a existência de violência e tortura contra presos políticos.

Olhando a partir desse contexto, as declarações feitas ao longo de 1978 sobre a questão da Anistia tornavam-se de extrema relevância para a história do metodismo brasileiro, visto que eram as primeiras manifestações públicas de grupos metodistas após o ano de 1968 a posicionar-se frente às violências cometidas pelo regime e no caso dos jovens a exigir uma reflexão e uma prática mais firme da Igreja perante tais questões.

É claro que tal mudança de posicionamento dificilmente ocorreria sem nenhum conflito, tensão ou confronto com outros membros ou grupos da Igreja, devido ao próprio histórico recente pelo que havia passado a Igreja no país. E foi em torno do Manifesto lançado pelos jovens da 5ª Região, provavelmente por ser o mais forte e direto e também pela repercussão que o mesmo tomou, chegando a ser noticiado e publicado em jornais da grande imprensa, que surgiu a maior reação.

¹⁸ Sobre o fechamento da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, ver: GETIMANE, José Mário. *Contribuição à história da Igreja Metodista no Brasil: a Faculdade de Teologia*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1986. E sobre o posicionamento, as disputas e conflitos ocorridos em torno da juventude metodista: SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira dos anos sessenta*. 1998. Doutorado (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

O interessante é que a reação ao Manifesto não veio de um membro do Episcopado ou grupo que participou dessa reorientação conservadora da Igreja, mas sim, dos próprios jovens. Os presidentes das demais Federações de Jovens, ou seja, da 1ª, 3ª, 4ª e 6ª Regiões da Igreja Metodista, com exceção da 2ª Região, reuniram-se em São Paulo, um mês após o lançamento do Manifesto, em fins de maio de 1978 e escreveram uma sintética “Declaração”, na qual recriminavam o Manifesto dos jovens da 5ª Região, porque: “[...] achamos impropriedade a conotação política contida naquele documento.”¹⁹

Assim, o Manifesto dos jovens da 5ª Região, mas principalmente a Declaração de censura feita pelos demais presidentes das Federações de jovens geraram na Igreja um forte debate sobre a questão da Anistia e a respeito do posicionamento da instituição frente às questões e problemas sócio-políticos.

Essa discussão ocorreu principalmente por meio de diversas cartas publicadas na seção “Palavra do Leitor” do *Expositor Cristão*. Em sua maioria, elas apoiavam a atitude ou o conteúdo do Manifesto dos jovens da 5ª Região e demonstravam sua discordância ou mesmo perplexidade frente à reprimenda contida na Declaração dos presidentes das Federações.

Dentre as cartas que apoiavam a atitude dos jovens da 5ª Região, destaca-se a escrita pelo reverendo Sérgio Arantes Pinho,²⁰ da cidade de Juiz de Fora, o qual se sentia feliz por seu trabalho realizado como pastor junto aos jovens dessa região, sendo que a produção do Manifesto expressava o interesse, a dedicação e a preocupação desse grupo de jovens.

No entanto, a maioria das cartas que tratavam do assunto afirmava existir na censura feita pelos presidentes das federações uma forte contradição com a filosofia cristã, uma falta de conhecimento em relação ao Credo Social e do Plano Quadrienal

¹⁹ DECLARAÇÃO. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 14, p. 2, segunda quinzena de jul. 1978.

²⁰ PINTO, Rev. Sérgio Arantes. “Não foi em vão...” *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, p. 2, primeira quinzena de ago. 1978.

da própria Igreja Metodista e até com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que era adotada pela instituição.

Nesse sentido, Áureo Brianezi, leigo da 5ª Região, classificava a declaração dos presidentes das Federações como desastrosa, tresloucada, antiética e até desleal, mas destacava principalmente seu caráter contraditório, salientando: *“Será que nossos amáveis Presidentes se esqueceram que Cristo veio salvar o homem integral, isto é, redimi-lo de tudo que o esteja escravizando? Que Cristo assumiu a seu tempo atitude contestatória e revolucionária dos padrões de sua época.”*²¹

Outro assunto levantado por Brianezi e também em outra carta assinada pelos jovens Darlene Barbosa e Klaus Schützer,²² que haviam sido delegados no XVI Congresso da 5ª Região, era o de perguntar qual seria o direito, a competência e a legitimidade que os presidentes das demais Federações de jovens possuíam para condenar algum ponto do Manifesto. Pois segundo eles, o Congresso que produziu o documento era representativo de toda a juventude da Região e possuía autoridade para proclamar a sua posição, a qual havia sido votada em plenário. Além disso, o Manifesto por ser de caráter regional, não pedia o apoio e em nenhum momento envolvia as demais federações e seus respectivos presidentes.

Nesse sentido, Brianezi chegava a afirmar que a declaração dos presidentes poderia representar algum tipo de coação que os mesmos estariam recebendo por parte de outros grupos dessas regiões; e de certo modo constituía-se num ato de covardia frente à possibilidade de alguma punição por parte do governo para com os jovens da 5ª Região.

A Declaração dos presidentes das federações teve tamanho impacto, que os jovens Izidoro Laan e Messias Osmar Cunha, respectivamente secretário e tesoureiro da Diretoria da Federação das Sociedades Metodistas de Jovens da 3ª Região, que compreendia geograficamente a região da Grande São Paulo e uma parte do interior

²¹ BRIANEZI, Áureo B. “Desastrosa declaração...” *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, p. 2, primeira quinzena de ago. 1978.

²² BARBOSA, Darlene; SCHÜTZER, Klaus. Delegados se pronunciam. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, p. 2, primeira quinzena de ago. 1978.

do estado, relataram ter ocorrido em 19 de agosto daquele ano uma reunião extraordinária da diretoria para discutir o assunto. Na carta publicada no “Expositor Cristão”, os dois jovens contavam que nessa reunião a diretoria da Federação “[...] decidiu discordar do teor daquela declaração, por julgá-la imprópria.”²³. Ou seja, os jovens da 3ª Região tomaram a atitude de desautorizar e repudiar o posicionamento que o seu próprio presidente havia tido na condenação ao Manifesto dos jovens da 5ª Região.

Nenhuma carta, artigo ou pronunciamento foi publicado no órgão oficial da Igreja que apoiasse de forma explícita a atitude dos presidentes das Federações. Porém, uma extensa carta escrita pela professora Annita de Faria Braga, que tinha como assunto principal a evangelização na Igreja Metodista, apesar de não citar diretamente a Declaração dos presidentes, em diversos momentos, construía uma argumentação em que o posicionamento deles era corroborado e valorizado.

Nela, a leiga pertencente à 2ª Região Eclesiástica defendia a idéia de que a tarefa principal da Igreja deveria ser a evangelização, ou seja, todas as forças da denominação precisavam trabalhar de forma urgente a fim de levar a mensagem de salvação a todos os cantos do país, para aqueles que viviam no pecado e nas trevas.

Entretanto, junto com a sua defesa em torno da Missão da Igreja na causa da evangelização, a professora passava a criticar a discussão a respeito de questões sociais e da situação política do país, realizadas no âmbito interno da instituição. Com referência às posições tomadas em relação à Anistia naquele mesmo ano por membros e grupos da Igreja, ela afirmava que não era possível aceitar que Congressos ou reuniões da Igreja fossem utilizados para formular protestos e moções sobre assuntos que cheiravam a política partidária. Nessa perspectiva, a missivista chegou a ironizar os protestos feitos pela Igreja em torno da questão da Anistia da seguinte forma:

²³ CUNHA, Messias Osmar; LAAN, Izidoro. Declaração Imprópria. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 20, p. 2, segunda quinzena de out. 1978.

Será que esses pedidos de Anistia pedida por gente nossa, também, é para aqueles terroristas? Atinge também aqueles que, se pudessem, estariam jogando bombas sobre nós para nos impor seu regime político? Atinge também aqueles que assaltaram, roubaram e mataram por quererem que sua forma política prevalecesse?²⁴

Seguindo com a argumentação a professora perguntava se protestos contra o fumo, o álcool, a droga, o jogo, pela segurança e contra a imoralidade também não deveriam ser feitos com veemência. Valorizando a sua defesa na importância da evangelização, Braga dizia que todos os protestos seriam inócuos, porque a única possibilidade de mudança real ocorreria através da evangelização, visto que o mal estava no cerne do homem, logo, só a conversão individual à mensagem de Cristo poderia mudá-lo.

Voltando à questão dos manifestos, a professora chegava a conjecturar que esses protestos poderiam ser apenas uma forma da Igreja aparecer como defensora do povo e afirmava que a discussão de idéias políticas e ideológicas era uma forma de desviar a atenção dos seus membros do problema relacionado ao não desenvolvimento da Igreja.

A carta citada acima demonstra claramente o pensamento da parcela existente dentro da Igreja Metodista que possuía um posicionamento fortemente conservador, tanto em sua concepção teológica, quanto na análise da conjuntura nacional. Essa conclusão pode ser inferida através de sua leitura e análise, quando esta faz a defesa de uma evangelização do indivíduo totalmente desligada do seu meio social, no momento em que valoriza apenas os problemas sociais relacionados a aspectos morais e por advogar a não participação, discussão ou posicionamento da Igreja frente às questões político-sociais do país.

Da mesma forma, a questão da Anistia é compreendida de forma muito parecida como era vista pelas forças mais reacionárias que atuavam junto ao regime ditatorial. Nessa linha de raciocínio, toda a resistência ao regime era abarcada de

²⁴ BRAGA, Annita de Faria. A questão é evangelizar. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 24, p. 2, segunda quinzena de dez. 1978.

forma homogênea, ou seja, como se fosse composta apenas por revolucionários comunistas, que praticavam todo o tipo de violência para impor o seu regime político, posição essa que buscava de certa forma legitimar a ação das forças de repressão sobre esses grupos e indivíduos. E ao mesmo tempo, silencia-se perante todas as arbitrariedades e violações dos direitos humanos cometidas pela ditadura militar, as quais foram impostas contra as mais variadas pessoas e grupos da sociedade.

A publicação dos manifestos e das inúmeras cartas que versavam sobre a participação da Igreja Metodista junto aos problemas sociais e às questões de política nacional, mostrava o caráter de pluralidade e a intenção de debater e formar uma consciência mais crítica de seus leitores, proposta essa que o órgão oficial da Igreja vinha articulando na segunda metade dos anos 1970. Concernente a isso, diferente do jornal da Igreja Luterana, que finalizou o debate acerca da Anistia com a publicação da Mensagem de Natal e das cartas já mencionadas na primeira parte deste artigo; em 1979 o jornal da Igreja Metodista deu continuidade à discussão iniciada no ano anterior, com a publicação de textos, manifestos e cartas que tratavam e de certa forma aprofundavam o debate sobre o assunto.

Nesse sentido, um artigo que trouxe grande repercussão dentro da Igreja Metodista foi publicado em março de 1979, intitulado “O Brasil quer anistia: E nós”, de Leonildo Silveira Campos, reverendo da Igreja Presbiteriana Independente (IPI). O texto não era inédito, pois já havia sido editado em agosto do ano anterior no jornal ecumênico paulistano “O Som do Evangelho”. No entanto, o conteúdo do artigo, marcado por uma forte crítica às Igrejas protestantes e a sua republicação pelo órgão oficial da Igreja Metodista, trouxe uma maior visibilidade ao tema e ocasionou uma grande reflexão e repercussão entre os membros dessa denominação.

Para Campos o regime autoritário no Brasil estava com os dias contados, afirmando que vastos setores da população brasileira clamavam pela volta do Estado de direito, como mostrava a constante criação de Comitês pela Anistia e a rejeição da ditadura por parte de seus antigos apoiadores.

No que diz respeito especificamente às Igrejas Evangélicas, Campos perguntava por que o assunto da Anistia não era tratado com maior profundidade pelos jornais evangélicos e por qual motivo o protestantismo brasileiro não havia organizado um Comitê pró-Anistia até aquele momento. Segundo ele, tal omissão decorria da própria história dessas igrejas ao longo do regime ditatorial, sobre as quais ele descrevia o seguinte cenário:

As seitas e denominações religiosas que se omitiram perante o arbítrio dos poderosos que, pelo silêncio e omissão, se tornaram coniventes com assassinatos e torturadores. [...] Honestamente falando, o protestantismo, em toda a América Latina, desempenhou durante esse negro período de nossa história um papel de omissão e de traição ao próprio Cristo. O advento do protestantismo que trouxe no panorama da história dos homens uma voz de protesto diante de todos os poderes, que sendo terrenos pretenderam ser eternos, e criou condições para o surgimento de uma civilização onde houvesse um pouco mais de liberdade para todos; entre nós, tem falhado.²⁵

O reverendo presbiteriano ainda conclamava os protestantes brasileiros a posicionarem-se a favor da Anistia ampla e recíproca e pela volta das liberdades democráticas. Ao mesmo tempo, ele provocava os evangélicos dizendo que a conquista da Anistia e o próprio fim da ditadura seriam comemorados por todos aqueles que sofreram com a opressão, que tinham perdido seus direitos, os marcados pela violência e pela tortura e por aqueles que haviam lutado pela volta das liberdades democráticas. Assim, ele perguntava se o protestantismo brasileiro iria poder participar dessa comemoração, visto seu histórico de omissão que vinha ao longo de todo o período autoritário e ainda permanecia em relação à luta pela Anistia.

Os fortes termos utilizados e as graves acusações feitas pelo reverendo a respeito do papel das igrejas evangélicas brasileiras frente ao período de exceção, onde elas são acusadas de terem sido omissas em relação às violências cometidas, tornando-se assim coniventes com o regime e seus órgãos opressores e com isso haviam traído a tradição histórica do protestantismo de luta pelas liberdades e o

²⁵ CAMPOS, Leonildo Silveira. O Brasil quer anistia: E nós? *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 5, p. 16, primeira quinzena de mar. 1979.

próprio Cristo, dificilmente seria absorvido sem reações. Pois, mesmo o pastor não sendo um fiel metodista, suas acusações abarcavam as instituições evangélicas de forma geral; além disso, a decisão de publicar o artigo no órgão oficial da Igreja mostrava que a direção do jornal concordava em parte com ele ou ao menos buscava ampliar o debate e trazer para interior da denominação a discussão das temáticas tratadas pelo reverendo.

Uma reação positiva ao texto de Campos veio através de uma carta do então deputado federal metodista Aldo Fagundes, do Movimento Democrático Nacional (MDB),²⁶ o qual dizia ter apreciado o artigo, prestava solidariedade ao autor e congratulava o Expositor Cristão pela decisão de tê-lo publicado. Ainda mencionava o fato de ter cabido a ele o primeiro discurso na Câmara dos Deputados naquela legislatura, no qual a temática escolhida havia sido o clamor nacional em torno da causa pela Anistia ampla e irrestrita.

No mesmo sentido, na carta escrita pelo reverendo metodista William Schisler Filho,²⁷ ele cumprimentava Campos pela produção do seu texto e destacava que os evangélicos tratavam muito do perdão a nível pessoal, mas no coletivo ele nunca era falado e enfrentado. Schisler ainda via o artigo como uma “cutucada” no silêncio mantido pelos evangélicos, em especial à própria Igreja Metodista e afirmava que nessas questões os pronunciamentos feitos pelos católicos eram muito mais fiéis à Bíblia. Por fim, o reverendo dizia que caso a base da Igreja fosse consultada a respeito da reconciliação nacional e de uma verdadeira democracia, tais anseios seriam amplamente compartilhados.

Contudo, o apoio dos membros da Igreja a essas causas parecia não ser tão majoritário como ele esperava que fosse. Pois a discussão iniciada com o Manifesto dos jovens no início de 1978 e fortalecida com a publicação do artigo do reverendo presbiteriano abriu um amplo debate acerca da atuação da Igreja e do próprio jornal

²⁶ FAGUNDES, Aldo. Sobre Anistia. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 8, p. 2, segunda quinzena de abr. 1979.

²⁷ SCHISLER FILHO, William. Anistia e Consulta. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 9, p. 2, primeira quinzena de mai. 1979.

frente aos problemas sócio-políticos nacionais, onde as opiniões dos membros da Igreja mostravam-se bastante divididas.

A esse respeito, se o jornal publicou ainda mais cartas que o congratulavam pela publicação do artigo do reverendo Campos, também houve muitas outras que se colocaram de forma antagônica, as quais defendiam que o órgão oficial da Igreja não era o lugar ideal para a publicação de artigos com essa característica.

Uma dessas cartas foi escrita pelo reverendo Carlos Eugênio do Nascimento, da cidade paulista de Registro, onde defendia com veemência a não discussão de temas sócio-políticos no jornal: *“O EXPOSITOR CRISTÃO nunca deve se envolver com política e dar opiniões acerca do assunto; deve, isto sim, cuidar exclusivamente do trabalho da seara do Mestre. Pouco nos importa se o governo é bom ou ruim, o que devemos fazer é orar por ele.”*²⁸

Nessa mesma linha de defesa da alienação da Igreja perante os problemas vividos pelo país, estava a carta escrita por Onésimo Silveira da cidade de São Paulo. Nela, o missivista respondia às provocações do pastor Campos através de citações bíblicas, como por exemplo: perguntando a respeito da ditadura brasileira e do movimento pela Anistia, ele cita como resposta a famosa frase de Jesus sobre dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. Já sobre a questão das pessoas presas, banidas e torturadas, Silveira na tentativa de atualizar a mensagem de Jesus para aquele contexto, diz: *“Lembre-se do que Eu disse ao povo judeu, cujos problemas não eram menores do que os dos brasileiros, sob o tacão dos romanos: Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.”*²⁹

As duas posições citadas acima mostram que num setor significativo da Igreja Metodista permanecia uma tradição protestante brasileira que pregava a separação entre o mundo espiritual e o mundo real, onde os evangélicos deveriam ater-se e preocupar-se apenas com o primeiro.

²⁸ NASCIMENTO, Carlos Eugênio do. Nunca se deve envolver. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 11, p. 2, primeira quinzena de jun. 1979, grifo do autor.

²⁹ SILVEIRA, Onésimo. Anistia e Cristo. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 9, p. 2, primeira quinzena de mai. 1979.

Assim, frente à problemática levantada ainda em 1978 e após muitas manifestações pró e contra ao posicionamento da Igreja perante a Anistia, finalmente no início do agosto de 1978, quando a temática já havia tomado grande parte do noticiário nacional e a discussão a respeito de sua promulgação já era bastante forte em diversos setores da sociedade, no Congresso Nacional e no próprio Governo Federal, foi que a Igreja se manifestou oficialmente sobre o assunto.

O “Pronunciamento da Igreja Metodista sobre a Anistia” foi assinado pelo Bispo Sady Machado da Silva em 1º de agosto de 1979, como Presidente do Colégio Episcopal da Igreja, órgão este que reunia os seis bispos da instituição no Brasil. Porém, o manifesto foi publicado no órgão oficial da Igreja a poucos dias da promulgação da lei, na edição correspondente à segunda quinzena do mês de agosto.

O texto do pronunciamento trazia três citações bíblicas que tratavam do amor ao próximo, da palavra profética da Igreja e da anistia dada por Deus aos seres humanos através do perdão. Porém, a respeito da Anistia propriamente dita o documento tinha um caráter bastante conciliador e apesar de defendê-la, os termos utilizados eram bastante imprecisos e vagos, além de pouco adentrar nos meandros da lei e nas características que ela deveria conter, como se pode ver: “*A Igreja Metodista compreende a Anistia simplesmente e totalmente como Anistia. Não lhe propõe qualificativos porque os julga deficientes e até descaracterizantes da intenção maior: A Própria Anistia.*”³⁰

Por fim, o bispo pede que todos os metodistas brasileiros rogassem a Deus, para este iluminar os poderes brasileiros em sua decisão, visto o caráter delicado da matéria. A forma como o presidente do Colégio Episcopal termina o texto, destacando a complexidade que envolvia a questão, além de não discutir como e para quem a lei de Anistia deveria ser aplicada, ou seja, de forma ampla, restrita, com a inclusão ou não dos militares e dos militantes acusados de crimes contra a vida;

³⁰ SILVA, Sady Machado da (Presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista). Pronunciamento da Igreja Metodista sobre a Anistia. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, p. 11, segunda quinzena de ago. 1979, grifo do autor.

mostra uma certa imprecisão na defesa da lei, que pode ser vista como uma forma de omissão ou mesmo uma maneira de evitar maiores polêmicas entre os membros da Igreja, que mostravam ter posicionamentos bastante díspares perante o assunto.

Contudo, independente do caráter impreciso do documento sobre a forma de como a Anistia deveria ser aplicada; o Pronunciamento da hierarquia, ainda que bastante tardio em relação a outros setores da sociedade, tais como as Igrejas Católica e Luterana, representava uma vitória dos setores da Igreja Metodista, que naquele momento defendiam um maior posicionamento da instituição frente à realidade brasileira e às questões sócio-políticas.

Com a aprovação da Lei de Anistia e sua promulgação no dia 28 de agosto de 1979, as discussões sobre o assunto entre os membros da Igreja no Expositor Cristão foram praticamente finalizadas.

No entanto, na capa da 2ª quinzena de outubro de 1979, o jornal publicava em sua parte superior a palavra “Anistia” em letras maiúsculas e garrafais, tendo como subtítulo “como? quando? por quê? Um pouco de história”, onde anunciava um artigo do jornalista metodista Percival de Souza, no qual ele discutia a Anistia do ponto de vista jurídico, além de fazer um histórico dela na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o Expositor Cristão, na época dirigido pelo reverendo Jorge Cândido Pereira Mesquita, demonstrava, com a escolha desse assunto e a forma como foi diagramada sua capa, uma certa maneira de comemorar a sua promulgação ou ao menos denotava na visão do periódico a importância que a mesma trazia para a sociedade brasileira de então.

O debate retratado acima pode trazer algumas reflexões, tanto sobre o Movimento pela Anistia, bem como a respeito das discussões que foram geradas em torno deste tema, a partir dos posicionamentos e conflitos ocorridos nas Igrejas Evangélicas. Primeiramente, é preciso destacar a capacidade de capitalização do Movimento pela Anistia, o qual teve uma reverberação em diversificados setores, como se constatou no meio evangélico brasileiro.

Ao mesmo tempo, a inserção do debate em torno do Movimento pela Anistia nas Igrejas, em especial nas duas denominações trabalhadas, serviu como ponto de partida para uma reflexão mais apurada e mais profunda acerca da atuação das mesmas na vida política nacional. Essa análise pode ser apreendida através da forte ação que as Igrejas Luterana e Metodista iriam desenvolver na sociedade brasileira a partir desse período. Destacando o fato, que no caso dos metodistas, foi a discussão em torno da Anistia, o primeiro assunto de política nacional, que marcou um ponto de inflexão entre uma instituição que vinha de um período marcado pelo conservadorismo, repressão e silenciamento, para um momento de amplo debate da atuação da Igreja nas questões sócio-políticas. Assim, pode-se afirmar que o debate iniciado com o Movimento pela Anistia e a discussão em torno dessa temática, funcionou e constituiu-se como um elemento dialético nos meios evangélicos, produzindo a elevação no nível do debate político nessas instituições.

Referências

- BRIANEZI, Áureo B. "Desastrosa declaração..." *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, primeira quinzena de ago. 1978.
- BARBOSA, Darlene; SCHÜTZER, Klaus. Delegados se pronunciam. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, primeira quinzena de ago. 1978.
- BRAGA, Annita de Faria. A questão é evangelizar. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 24, segunda quinzena de dez. 1978.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e golpe militar de 1964. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 334, ano 26, p. 23-31, 2004.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. O Brasil quer anistia: E nós? *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 5, primeira quinzena de mar. 1979.
- CARBONI, Maria Cecília Conti. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- COMISSÃO de responsabilidade pública da IECLB. "Quem vê com ódio não vê certo": Subsídio-base para mensagem de Natal. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, ano 19, n. 1, 1979.
- CUNHA, Messias Osmar; LAAN, Izidoro. Declaração Imprópria. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 20, segunda quinzena de out. 1978.

- FAGUNDES, Aldo. Sobre Anistia. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 8, segunda quinzena de abr. 1979.
- FISS JUNIOR, Roberto Patziaff. Cumprimentos. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 7, p. 9, primeira quinzena de abr. 1979.
- GETIMANE, José Mário. *Contribuição à história da Igreja Metodista no Brasil: a Faculdade de Teologia*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1986.
- GOTTSCHALD, Karl (Pastor-presidente da IECLB). *Manifesto de Curitiba*, out. 1970. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifesto-de-curitiba-1970>>. Acesso em: 31 mar. 2014.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- HEEMANN, Orlando. Aos membros da IECLB, a bem da verdade. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 4, segunda quinzena de fev. 1979.
- KUNERT, Augusto Ernesto. Pela criança de Belém somos chamados à PAZ. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 24, quinzena de dez. 1978.
- MAJEWSKI, Rodrigo Gonçalves; SINNER, Rudolf von. A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil. *Estudos Teológicos*. v. 45, n. 1, 2005.
- NASCIMENTO, Carlos Eugênio do. Nunca se deve envolver. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 11, primeira quinzena de jun. 1979.
- PINTO, Rev. Sérvio Arantes. "Não foi em vão..." *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, primeira quinzena de ago. 1978.
- RAMOS, Andressa Maria Villar. *As Sensibilidades Coletivas nas Ações Políticas: a dimensão afetiva no movimento pela Anistia (1975-1980)*. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008
- RÜCKERT, Paulo Roberto. Igualmente a bem da verdade. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 7, p. 9, primeira quinzena de abr. 1979.
- SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira dos anos sessenta*. 1998. Doutorado (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.
- SILVEIRA, Onésimo. Anistia e Cristo. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 9, primeira quinzena de mai. 1979.
- SILVA, Sady Machado da (Presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista). Pronunciamento da Igreja Metodista sobre a Anistia. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 16, segunda quinzena de ago. 1979.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). *A Ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SCHÜNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

SCHISLER FILHO, William. Anistia e Consulta. *Expositor Cristão*, São Paulo, n. 9, primeira quinzena de mai. 1979.

WELLMANN, Knut Robert. Tempo de reconciliação. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, n. 10, p. 9, segunda quinzena de mai. 1979.